

Conciliação mobiliza o Judiciário

Confiante no poder do diálogo para a solução de conflitos, Minas se uniu a outros estados brasileiros e realizou a 3ª Semana Nacional pela Conciliação, que teve como ponto forte as audiências de conciliação realizadas em todo o Estado. No dia 30 de novembro, um show descontraído no Parque Municipal de BH, com a presença de artistas mineiros, reuniu um grande número de pessoas na abertura da semana.

Página 3

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - DEZEMBRO - 2008
ANO 14 - NÚMERO 134

Percepção

Ejef divulga resultado de pesquisa com magistrados

Páginas 6 e 7

Rossana Souza



Cenário e perspectivas para 2009

Fechamos o ano com decisões importantes que sinalizam mudanças para o ano de 2009. O presidente Sérgio Antônio de Resende decidiu não construir a nova sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, revertendo os recursos na melhoria da estrutura de atendimento da 1ª Instância. Como a 2ª Instância, no entendimento do presidente, já se encontra, relativamente, bem instalada com a transferência da equipe da Unidade Francisco Sales para a Raja Gabaglia, as comarcas é que devem ser priorizadas nesta gestão.

Uma comissão, integrada por magistrados, está analisando a situação dos fóruns, para estabelecimento das prioridades. Além disso, haverá investimento na área de informática, com o objetivo de tornar o Judiciário de Minas uma referência nesse aspecto para todo o Brasil. Com essas determinações, pode-se esperar uma atenção especial para a Primeira Instância e busca de melhoria da prestação jurisdicional, por meio da adoção de recursos tecnológicos.

Para o próximo ano, há ainda os impactos gerados pela atualização da Lei de Organização e Divisão Judiciárias, a regulamentação da nova lei dos estagiários, adoção do adicional de desempenho para os servidores, conclusão do redesenho da 1ª Instância, atualização do Plano de Carreiras, dentre outras questões. O incentivo às conciliações e às iniciativas em vigor nesse sentido, tanto na Justiça Comum (Centrais de Conciliação, Magistrado Conciliador, Conciliação de Precatórios) como nos Juizados Especiais, bem como nos Juizados de Conciliação, continuarão tendo atenção especial.

Os acordos são instrumentos valiosos para agilização da Justiça e pronto-atendimento ao cidadão. A idéia é contabilizar e divulgar os resultados obtidos durante todo o ano, como forma de dar visibilidade e incentivar a solução consensual dos conflitos, bandeira levantada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Outra ação do TJMG, as equipes de apoio, que tiveram nova regulamentação recentemente, também serão enfatizadas. O objetivo é fornecer apoio técnico e operacional a secretarias de juízo, visando à maior produtividade e redução do acervo processual, beneficiando o jurisdicionado que aguarda há mais tempo a prestação jurisdicional.

A atual gestão está comprometida em ouvir magistrados e servidores e adotar soluções conjuntas para o aprimoramento do Judiciário e da Justiça, de uma forma mais ampla. Neste sentido, está incluído o Projeto Novos Rumos na Execução Penal, para a disseminação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), que presta assistência a doentes mentais que cometeram algum crime, dentre outras medidas em vigor.

Em cada etapa que se inicia, é necessário renovar as forças e o entusiasmo com a nossa missão de servir à sociedade. Que os magistrados e servidores possam vislumbrar, no ano que vem, possibilidades de ser e fazer melhor, lembrando, a cada dia, a mensagem que foi apreendida na última Semana do Servidor: "De bem com a vida é bem melhor".

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Presidente: Sérgio Antônio de Resende;
1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;
2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;
3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;
Corregedor-Geral: Célio César Paduani;
Superintendentes de Comunicação: Alexandre Victor de Carvalho, Antônio Armando dos Anjos;
Secretário Especial da Presidência: Luiz Carlos Elói; **Secretária do Presidente:** Sidneia Simões;
Assessor de Comunicação Institucional: Ronaldo Ribeiro; **Gerente de Imprensa:** Wilson Menezes;
Editoras e Jornalistas Responsáveis:
 Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG e Patrícia Melillo - RG nº MG 04592/JP; **Revisão:** Patrícia Melillo; **Design Gráfico:** Shirley Moraes; **Fotolito e Impressão:** Lastro Editora Ltda.
Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar - Centro - Belo Horizonte - MG CEP 30190-030
 Tel.: 31 3237-6551
 Fax: 31 3226-2715
 E-mail: ascom@tjmg.jus.br
Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:
 31 3289-2520
Ascom Fórum BH: 31 3330-2123
Tiragem: 20 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.



Rossana Souza

TJMG tem novo desembargador

Em cerimônia no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no dia 17 de novembro, Geraldo Senra Delgado tomou posse no cargo de desembargador. O magistrado foi promovido pelo critério de antiguidade, ocupando a vaga que pertencia ao desembargador Edelberto Lellis Santiago, que se aposentou. Durante a posse, o presidente Sérgio Resende lembrou que integrar o TJMG é o sonho de todo magistrado, coroando uma vida de dedicação e luta. "Que o júbilo deste momento, o sabor da conquista e do êxito possam trazer ainda mais serenidade para o novo desembargador, que tem mais de 20 anos na magistratura", ressaltou.

O presidente Sérgio Resende ressaltou a importância da Semana pela Conciliação em entrevista coletiva para a imprensa



Minas realiza 3ª Semana pela Conciliação

Vanderleia Rosa e Wilson Menezes

Um domingo de sol e muita música marcaram o início da 3ª Semana Nacional pela Conciliação em Minas, no dia 30 de novembro, no Parque Municipal de Belo Horizonte. O evento foi voltado para a divulgação da semana, que realizou audiências de conciliação em todo o Estado, no período de 1º a 5 de dezembro.

O grupo de teatro "Armatrux", o primeiro a se apresentar, alegrou crianças e adultos com suas brincadeiras. Em seguida, "Meninas de Sinhá", composto por senhoras, lembrou sucessos como "Alecrim dourado", num convite a um passeio pela infância. "O Rio de Lágrimas", dentre outras do gênero, fez o público vibrar ao som da viola de Chico Lobo. E o encerramento ficou por conta do rapper Renegado.

Durante as apresentações, foram distribuídos materiais informativos sobre o Movimento Nacional pela Conciliação, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Também foi divulgada a programação da semana em Minas. Diversos cidadãos tiveram acesso a informações sobre a atuação e o funcionamento dos Juizados de Conciliação em Belo Horizonte.

Abertura oficial

"Conciliação: É conversando que a gente se entende". Com este *slogan* o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, abriu, no dia 1º de dezembro, a 3ª Semana Nacional pela Conciliação. Estiveram presentes o conselheiro do CNJ, Felipe Locke, o corregedor-geral de Justiça, de-

sembargador Célio César Paduani, o 3º vice-presidente do TJMG e superintendente dos projetos inovadores, que englobam a Central e os Juizados de Conciliação, desembargador Jarbas Ladeira, o presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, desembargador Fernandes Filho, o presidente da Comissão de Planejamento da Semana da Conciliação 2008 e superintendente de Comunicação Institucional do TJMG, desembargador Antônio Armando dos Anjos.

O presidente Sérgio Resende também destacou que a tendência do mundo moderno é a conciliação, com estabelecimento da cultura do diálogo entre as partes. "Há um esforço de magistrados, membros do Ministério Público, advogados e partes visando aumentar os índices de acordo", ressaltou

Para o desembargador Armando dos Anjos, a 3ª Semana já nasceu vitoriosa, devido ao grande número de audiências que foram agendadas, cerca de 23 mil. Segundo o magistrado, todos os operadores do Direito, além das partes que integram as ações, saem ganhando com os acordos.

O desembargador Fernandes Filho

apontou a mudança de cultura que vem marcando o Judiciário brasileiro, ao adotar a conciliação como ferramenta para equacionar demandas. Como observou, a partir de agora, para a formação de todos os magistrados, a busca da conciliação entre as partes deve ser sempre incentivada. "Só assim a paz social será alcançada", reafirmou.

Foco no interior

O 3º vice-presidente, desembargador Jarbas Ladeira, ponderou que o diálogo aberto para por fim a demandas é a forma mais adequada para solucionar conflitos. Ele assinalou a importância do trabalho desenvolvido pelos Juizados de Conciliação e Centrais de Conciliação que conduzem Minas Gerais ao pioneirismo de ações inovadoras que buscam o entendimento.

O conselheiro do CNJ, Felipe Locke, ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelo TJMG em busca do que chamou de "Justiça melhor". "Como o objetivo é conciliar as partes, deixando-as satisfeitas, a paz social, buscada por todos, também é incentivada", concluiu.

O presidente Sérgio Resende também destacou que a tendência do mundo moderno é a conciliação, com estabelecimento da cultura do diálogo entre as partes. "Há um esforço de magistrados, membros do Ministério Público, advogados e partes visando aumentar os índices de acordo", ressaltou.

A 3ª Semana Nacional pela Conciliação contou com o patrocínio da Copasa/Governo de Minas e do Banco do Brasil.

Juizado a todo vapor



Campanha de divulgação dos Juizados de Conciliação em um dos restaurantes populares de Belo Horizonte

Rachel Barreto

Os Juizados de Conciliação de Minas estão funcionando em ritmo acelerado: criando novos postos de atendimento, capacitando conciliadores e divulgando suas ações. Criados em 2002, são uma parceria do Poder Judiciário com a sociedade para resolver conflitos de modo informal e gratuito, contribuindo para evitar a sobrecarga já existente no Judiciário.

"O Juizado promove a solução das questões através do entendimento, do acordo, evitando o ajuizamento de ações. As partes entram em acordo espontaneamente e, quando isso acontece, geralmente cumprem o que foi combinado", explica o desembargador Jarbas Ladeira, 3º vice-presidente do TJMG.

Atendimento especial

Atualmente, Minas conta com 329 postos de atendimento - 257 no interior e 72 em Belo Horizonte. O último posto inaugurado trouxe uma inovação: está preparado para atender surdos, com conciliadores que dominam a língua brasileira de sinais (Libras).

Localizado no bairro Floresta, o posto surgiu de uma parceria entre o TJMG e a Faculdade Batista: o Tribunal capacitou os conciliadores e a Faculdade fornece o es-

paço e os voluntários. Foram capacitados 236 conciliadores, dentre os quais cerca de 30 tem formação na língua de sinais.

Foco no interior

Outra marca da atuação do Juizado em 2008 foi a atenção às comarcas do interior. "Detectamos a necessidade de estarmos mais próximos. O projeto estava começando a definir em algumas cidades e conseguimos revitalizá-lo", afirma Cristiano Elderson de Araújo Abreu, assessor da 3ª Vice-Presidência.

Foram feitos cursos em 18 cidades, nas quais foram capacitadas cerca de 900 pessoas. Em BH, foram capacitadas mais 600. Todos os conciliadores são voluntários. Eles têm um perfil diversificado, que inclui pessoas de 18 a 80 anos, de todas as classes sociais e profissões, mas que compartilham o empenho e o desejo de disseminar a paz social.

Além dos cursos, a equipe da 3ª Vice-Presidência verifica o funcionamento do Juizado nas comarcas, detectando possíveis problemas e levando o apoio do Tribunal. "Em 2009 temos a intenção de continuar. A gente vai atendendo a demanda e a necessidade dos lugares, de acordo com os pedidos dos magistrados", completa Cristiano.

Divulgação

Apesar da grande quantidade de sessões e acordos que já realiza, a equipe do Juizado acredita que, com o número de postos e conciliadores que tem, poderia ampliar o atendimento. Para isso, é importante que as pessoas conheçam o Juizado e sua proposta.

A ampliação dos Juizados corresponde à demanda. As entidades que quiserem criar postos de atendimento terão todo apoio, estamos abertos a parcerias"

Várias ações estão divulgando o Juizado, com impacto extremamente positivo. Além de palestras em faculdades, a equipe visitou a Rodoviária, a Feira de Artesanato e os Restaurantes Populares de Belo Horizonte, explicando o que é e como funciona o Juizado, sanando dúvidas e, principalmente, difundindo a cultura da conciliação.

"A ampliação dos Juizados corresponde à demanda. As entidades que quiserem criar postos de atendimento terão todo apoio, estamos abertos a parcerias", conclui o desembargador Jarbas Ladeira.

Participe!

Para saber onde ficam os postos de atendimento do Juizado ou para atuar como conciliador voluntário, consulte o site do TJMG > 3ª Vice-Presidência > Juizado de Conciliação ou procure a equipe do Juizado (jic@tjmg.jus.br/ (31) 3237- 6872).

Boa saúde no verão... e no ano inteiro

Para Geraldo Magela,
saúde significa bem-estar
físico e emocional

Edson Junior

A chegada das festas de fim de ano e das férias de verão sempre levantam a preocupação com os exageros: seja no consumo, na comida, na bebida ou na exposição ao sol, a tendência durante esse período é relaxar, deixar de lado regras e convenções e simplesmente aproveitar a vida.

No entanto, para a equipe da Gerência de Saúde do Trabalhador (Gersat) do TJMG responsável pelo programa "Viva Bem: Modificando Sua Postura de Vida", uma boa qualidade de vida no verão é resultado de práticas saudáveis durante todo o ano. Segundo Ivana Rocha, enfermeira e psicóloga que integra a equipe do programa, se as pessoas mantiverem o equilíbrio nos seus hábitos de vida durante o restante do ano, fica muito mais fácil manter a postura durante o verão. "O fato é que as pessoas passam o ano todo se privando de certos prazeres e, quando chegam as festas de fim de ano e as férias, eles querem fazer tudo que não fizeram. Não estamos contra os prazeres, mas queremos levar as pessoas a uma reflexão sobre como viver esses prazeres sem prejudicar sua saúde física e emocional", explica a psicóloga.

Viva Bem

O programa "Viva Bem" foi criado para orientar magistrados e servidores do Tribunal de Justiça na adoção de hábitos de vida



mais saudáveis, enfatizando a prática sistemática de atividades físicas, alimentação saudável e equilíbrio emocional. Nesse último aspecto, uma das preocupações levantadas pela equipe é o excesso de gastos e o endividamento das pessoas no fim do ano. "Será que é necessário gastar tanto, contraindo dívidas que se arrastam por meses, tirando noites de sono?", questiona Ivana Rocha. "Tudo demais ou de menos pode fazer mal. A questão não é o gastar, mas quanto que esse gasto me prejudica", ressalta Hélia Jaqueline, também psicóloga e integrante da equipe do "Viva Bem".

Para o verão, Ivana Rocha salienta que as dicas práticas são as já muito conhecidas, como evitar o sol entre 10h e 16h, manter-se hidratado, evitar os excessos na comida e bebida e usar o filtro solar não só quando se vai à praia, mas diariamente. Ela ressalta porém que a questão não é saber o que se deve fazer e sim colocar em prática

essas medidas como uma mudança de postura.

Palestra

No dia 6 de novembro, o programa promoveu uma palestra com o médico Geraldo Magela de Assis, da Gersat, para estimular os participantes a buscar uma melhor qualidade de vida através de novos hábitos. O evento integrou as comemorações da Semana do Servidor. Para o médico, o conceito de boa saúde passa necessariamente pelo bem-estar físico e emocional. "O melhor conceito de saúde que eu conheço é 'estar inteiro'", afirmou Geraldo Magela. Ele reforçou a idéia de que uma mudança de postura tem muito mais a ver com a atitude do que com o conhecimento. "O que importa não é o que você sabe, mas o que você crê e faz", sentenciou.

Ejef divulga resu

Renata Férrer e Francis Rose

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) apresentou, no fim de novembro, os resultados da pesquisa de percepção dos magistrados sobre a Justiça mineira. A iniciativa, pioneira no País, foi realizada em outubro e novembro em parceria com o Centro de Justiça e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Escola de Direito Rio.

Dos 989 magistrados ativos em Minas Gerais, 746 (75%) responderam as 201 questões da pesquisa, sendo 65 desembargadores (55%) e 681 juízes (78%). O estudo

De acordo com os dados, desembargadores e juízes estão muito otimistas quanto à qualidade e à celeridade da prestação jurisdicional e à eficácia na solução dos conflitos

teve como temas centrais a avaliação da prestação jurisdicional, da gestão administrativa e de aspectos internos e externos que impactam a magistratura. O trabalho gerou um detalhado relatório de 174 páginas em que predomina a percepção otimista dos magistrados em relação à Justiça mineira. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, o documento entregue à Escola Judicial pode ser um instrumento eficaz para auxiliar no direcionamento do planejamento estratégico do TJMG.

Para o 2º vice-presidente do TJMG, desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, a pesquisa demonstra que os magistrados mineiros têm um espírito crítico admirável. Ele enfatizou que, apesar da nacionalmente reconhecida celeridade da Justiça mineira, ainda há um longo caminho a ser percorrido. “Seria muito triste se disséssemos que estamos todos com o trabalho absolutamente normal, porque ainda estamos longe de alcançar a plenitude da prestação jurisdicional”, afirmou o superintendente da Ejef.

Um dos objetivos da pesquisa foi estimular a participação mais ampla dos ma-

gistrados, de forma a intensificar o processo de comunicação interna e de possibilitar a obtenção de elementos para a formulação de políticas que melhorem a atuação do TJMG, tanto em relação à prestação jurisdicional quanto à gestão administrativa.

Aposentadoria

De acordo com os dados, desembargadores e juízes estão “muito otimistas” quanto à qualidade e à celeridade da prestação jurisdicional e à eficácia na solução dos conflitos. Os magistrados também se disseram muito otimistas na avaliação de pontos como eficácia da conciliação, grau de satisfação dos usuários da Justiça, gestão administrativa, equipes de cartórios e gabinetes e realização de inspeções, fiscalizações e correições.



Ferramenta valiosa para o Judiciário

Em entrevista ao TJMG Informativo, o 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, explica a importância dos dados levantados pela pesquisa de percepção e revela o desejo de aprofundar o trabalho.

A pesquisa de percepção será complementada com estudos posteriores?

Esta foi uma sugestão dos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No entanto, antes mesmo de a pesquisa ser finalizada, a Ejef já pensava em sugerir à Presidência do TJMG a realização de um novo estudo, dessa vez com os servidores. Com os dados trazidos pela pesquisa de percepção, acredito que talvez o melhor seja fazer um estudo mais amplo, ouvindo os servidores e também os clientes e parceiros do Judiciário. Entendo que as pesquisas são da mais alta importância para o Judiciário. Infelizmente, temos tido uma visão administrativa muito contida e isso, no futuro, pode ser prejudicial para o TJMG.

De que forma os resultados da pesquisa serão utilizados?

Cada área do Judiciário vai examinar os resultados, procurando ajustar suas atividades a parâmetros que garantam a efetividade

Resultado de pesquisa

A pesquisa mostrou também que juízes e desembargadores afirmam que não são influenciados em seus julgamentos por notícias da mídia. Os magistrados em geral acreditam ainda que a Defensoria Pública é a instituição que deve receber mais apoio para que a população tenha uma melhor imagem do Judiciário. Já a aposentadoria compulsória foi um dos poucos pontos em que houve divergência: 51% dos desembargadores pensam que deve se dar aos 75 anos, enquanto 79% dos juízes afirmam que deve permanecer aos 70 anos.

A equipe da FGV que participou dos trabalhos sugeriu ao Tribunal que confirme, por meio de pesquisas e estatísticas que alcancem indicadores objetivos, se a percepção dos magistrados e sua tendência ao otimismo correspondem à realidade.

Para o desembargador Reynaldo Ximenes, os resultados da pesquisa não foram surpreendentes. "Penso que a tendência ao otimismo confirma a realidade", afirmou, acrescentando que, em recente pesquisa feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o TJMG ficou entre os três melhores Tribunais do País. "O grande mérito da pesquisa é nos possibilitar uma análise crítica", defendeu o superintendente da Ejef.

O desembargador ressaltou também que a pesquisa foi feita de forma independente e que gostaria que todos os magistrados tivessem participado. "São resultados muito ricos, sobre os quais devemos nos debruçar, para que possamos modernizar não a magistratura, mas todo o serviço público", disse, congratulando toda a equipe da Ejef.

Os magistrados em geral acreditam ainda que a Defensoria Pública é a instituição que deve receber mais apoio para que a população tenha uma melhor imagem do Judiciário



Patrícia Melillo

Para o desembargador Reynaldo Ximenes, a pesquisa demonstra que os magistrados mineiros têm um espírito crítico admirável

O índice de participação dos magistrados surpreendeu?

Todos esperavam que a participação fosse de 100%. Quem não estava de acordo com as questões poderia ter se manifestado. Acho que nós, que exercemos a função pública, devemos desempenhar o nosso trabalho ainda quando isso nos causa desagrado. As perguntas não foram impostas. Elas brotaram naturalmente. Muitas diziam respeito a questões tratadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Achei a participação dos juízes muito boa. Ela foi superior a 70%. Só os desembargadores é que participaram menos. Acredito que na próxima pesquisa, diante dos reflexos do resultado desse le-

vantamento, mais gente terá interesse em participar.

A Ejef deve manter esse trabalho de realização de pesquisas de forma sistemática?

No futuro, acho que a Escola Judicial não vai fugir disso. Obviamente, só posso falar por minha gestão. No entanto, acredito que os resultados de pesquisas como essa de percepção são importantes, ferramentas valiosas para a administração do Tribunal. Não poderia deixar de registrar a nossa homenagem ao desembargador Lúcio Urbano, que, como presidente do TJMG, foi o primeiro a investir na realização de uma pesquisa que detectou a opinião do público externo em relação ao Judiciário.

de da prestação jurisdicional. Pretendemos também publicar os dados e distribuí-los para as universidades, os juízes e para outros tribunais. Queremos provocar o debate e dar continuidade à pesquisa.

Corregedoria e juízes unidos em Divinópolis

Renata Férrer

A comarca de Divinópolis (região Centro-Oeste de Minas) recebeu, nos dias 21 e 22 de novembro, o 4º Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça (Encor). Nessa edição, que foi a primeira regional, o público-alvo eram os juízes diretores de Foro das comarcas que compõem a segunda região de atuação da

Ao abrir o evento, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, enfatizou que a Corregedoria é um órgão “de orientação e de defesa dos magistrados”, e que, por isso, não há motivo para que juízes “a temam”. Ele lembrou ainda que aproximadamente 85% das sentenças de 1ª Instância são confirmadas pelo TJMG, o que demonstra a qualidade dos juízes de Minas Gerais. “A celeridade e envergadura dos nossos magistrados são indiscutíveis”, defendeu Paduani, que classificou o encontro como um “debate democrático de temas de altíssima atualidade”.

Palestras

O Encor teve palestras sobre diversos assuntos, como “O novo procedimento do Júri”, “Tabelas processuais unificadas”, “Fórum Permanente”, “Presídios; interceptações telefônicas; destinação de armas, bens e drogas apreendidas” e “As Súmulas dos Tribunais como fonte formal do Direito”, entre outras.

O desembargador Célio César Paduani considerou o evento altamente satisfatório. “Os encontros regionais aproximam a Corregedoria-Geral de Justiça – que, muitas vezes, é mal compreendida – dos juízes do interior. Os temas debatidos foram de alta relevância, diversificados e aprofundados dentro do possível, e nos enriqueceram, pois não há nada mais sagrado que o conhecimento”, afirmou, lem-

brando ainda que “a Corregedoria está de portas abertas para todos os juízes do Estado de Minas Gerais”.

Para o juiz Paulo Caixeta, diretor do Foro da comarca de Congonhas, o Encor Regional foi um sucesso. “Pelo pequeno número de juízes, o encontro regional é muito proveitoso. As comarcas da mesma região têm problemas em comum, e algumas dificuldades podem ser resolvidas a partir de um simples contato com os colegas mais próximos”, opinou. “Achei muito esclarecedora a palestra sobre as inovações no Júri. Como eu, muitos no interior ainda não participaram de um Júri no novo procedimento, e por isso foi muito útil ouvir os esclarecimentos do colega juiz Leopoldo Mameluque, que é especialista no assunto”, disse o diretor do Foro de Congonhas.

O juiz diretor do Foro da comarca de Betim, Jorge Paulo dos Santos, também aprovou a iniciativa. “Este é o formato ideal”, afirmou, acrescentando que todas as palestras foram esclarecedoras. “Para mim, em especial, a abordagem sobre as tabelas processuais unificadas foi muito importante, pois mostrou o caminho que deveremos seguir nessa modernização da Justiça”, disse o juiz de Betim.

Encontros regionais

As três primeiras edições do Encor, de 2005 a 2007, reuniram todos os diretores de Foro das comarcas de Minas Gerais. Mas, de acordo com o chefe de gabinete da Corregedoria-Geral de Justiça, Roberto Brant, esta primeira experiência regional foi muito produtiva e, de agora em diante, os encontros passarão a ser divididos em uma região por semestre, em cronograma a ser estabelecido. “São seis regiões, ou seja, fecharemos o Estado a cada três anos”, informou. “Os resultados de um encontro regional são muito mais eficazes do que se reuníssemos todos os juízes de uma só vez”, ratificou o desembargador Célio César Paduani.

Os encontros regionais aproximam a Corregedoria-Geral de Justiça – que, muitas vezes, é mal compreendida – dos juízes do interior. Os temas debatidos foram de alta relevância, diversificados e aprofundados dentro do possível, e nos enriqueceram, pois não há nada mais sagrado que o conhecimento”

Corregedoria. No total, compareceram 22 juízes diretores de Foro, além de magistrados da comarca de Divinópolis que foram convidados para o evento. A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, organizadora do encontro, foi representada pela diretora executiva de Desenvolvimento de Pessoas, Mônica Sá. Foram realizadas nove palestras, todas seguidas por debates entre os magistrados.

Célio César Paduani classificou o encontro como um debate democrático



Ressana Souza

Informática busca soluções eficientes

Reinaldo M. Gomes

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) tem investido em várias ações estratégicas na área da Tecnologia da Informação. O Diário do Judiciário, o Sistema CNJ de processo judicial e o alvará de soltura eletrônicos são alguns dos exemplos que buscam a modernidade e a eficiência dos serviços judiciais e administrativos. Diante desse cenário evolutivo, Roberto Cardoso Rodrigues Silva tomou posse no cargo de diretor executivo de Informática do TJMG em outubro passado. Na sua gestão, ele pretende organizar os procedimentos de trabalho, com base na experiência adquirida em sua carreira. Natural do Rio de Janeiro, Roberto Cardoso foi aluno da Academia Militar das Agulhas Negras, concluindo, em 1970, o curso de formação de Oficial da Arma de Engenharia. Na área de informática, participou das atividades de análise, desenvolvimento e manutenção de sistemas, e chefiou o Centro de Informática do Exército Brasileiro em Manaus, no Amazonas, tendo reformado em 1996 no posto de coronel.

TJMG Informativo - Qual a importância da implantação do processo judicial eletrônico, que é, hoje, uma realidade dentro do Judiciário mineiro?

RCRS - As vantagens propostas pelo processo eletrônico são: agilidade, publicidade, segurança, comodidade e acessibilidade. Essa tecnologia, em fase de amadurecimento, requer mudança de paradigma, tendo-se observado uma mobilização para análise dos procedimentos utilizados pelos magistrados e servidores. Ressaltam-se também as mudanças nas relações institucionais com o público externo.



Renata Mendes

Roberto Cardoso tomou posse no cargo de diretor executivo de Informática do TJMG em outubro passado

TJMG Informativo - Como vem sendo desenvolvido o trabalho de manutenção de computadores e impressoras e de redes internas de informática no TJMG?

RCRS - A tendência das instituições é a terceirização de atividades não estratégicas, buscando-se um melhor atendimento e menor custo. No TJMG, essa prestação de serviços é executada pela empresa Contech e consiste na manutenção corretiva de equipamentos de informática, redes e configuração de softwares, e sistemas do Tribunal de Justiça.

TJMG Informativo - Quais as dicas e orientações que podem ser repassadas aos usuários dos equipamentos de informática?

RCRS - Quando necessário entrar em contato, através do 0800-725-04-01, com a Central de Serviços informando matrícula, co-

tação, patrimônio, descrição do problema e registrando o número do chamado. Acompanhar o técnico da Contech quando o atendimento for local e comunicar os problemas não solucionados para o e-mail atend@tjmg.jus.br.

TJMG Informativo - O Portal TJMG é um dos mais consultados entre estruturas corporativas públicas e privadas, registrando mais de 30 milhões de páginas eletrônicas acessadas por mês. Faça uma análise desses números.

RCRS - O volume de acesso ao portal o caracteriza como importante veículo de serviços, informação e comunicação institucional, para sociedade e público interno. Cerca de 70% de acessos são para consulta processual e 5% para jurisprudência. Com o enfoque crescente no uso da *Internet*, serviços como o DJe, Sistema CNJ, Siged e outros que virão ampliarão muito a abrangência e os acessos.

Centro integrado acelera atendimento ao jovem infrator

Ione Bernadete

Desde o dia 2 de dezembro, o adolescente que comete ato infracional em Belo Horizonte está sendo atendido por uma equipe interinstitucional no mesmo endereço: rua Rio Grande do Sul, 604, entre as avenidas Bias Fortes e Augusto de Lima, no Barro Preto. Ali, passou a funcionar o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA/BH), criado por Resolução Conjunta, de 2 de setembro de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 88, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O objetivo do CIA é a atuação imediata da Justiça e demais órgãos envolvidos na apuração e julgamento dos atos de infração praticados por adolescentes. Juízes de Direito, servidores e técnicos da Vara Infracional da Infância e da Juven-

tude, promotores de Justiça, defensores públicos, delegados de Polícia, Polícia Militar, funcionários da Subsecretaria de Estado de Atendimento às Medidas Sócio-educativas (Suase) e da Prefeitura Municipal vão compartilhar o mesmo espaço físico, materializando-se a integração operacional desenvolvida pelas instituições por eles representadas.

Segundo a juíza titular da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, Valéria Rodrigues, "o modelo tradicional da Justiça juvenil, com práticas burocráticas, tem produzido conseqüências negativas, como o aumento do número de adolescentes reincidentes. Gera também insegurança social, decorrente da crença generalizada de inexistência ou ineficácia do sistema legal de responsabiliza-

ção penal do jovem brasileiro, propagando-se o bordão de que 'com menor não acontece nada'". "Agora, - continua a juíza - com a mudança, o Poder Judiciário e demais órgãos vão poder intervir rapidamente, tornando a Justiça ágil, eficiente e eficaz. Com a atuação imediata na apuração e julgamento dos atos infracionais, também as medidas socioeducativas vão ter aplicação rápida, responsabilizando-se, na medida certa, os adolescentes que prejudicam com suas ações as normas de boa convivência entre os cidadãos."

Como funciona o CIA/BH

Em dias úteis, o Centro funciona das 8h às 22h e, nos finais de semana e feriados, das 13h às 18h. A Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente (Dopcad) funciona, ininterruptamente, 24h todos os dias. No local, uma equipe interinstitucional de profissionais dos órgãos estadual e municipal, citados acima, estará de plantão para prestar os atendimentos necessários ao adolescente e à sua família.

O adolescente apreendido em flagrante, pela polícia, é encaminhado para o CIA e entregue à autoridade policial competente. Após averiguação do fato delituoso, o policial lavra o auto de apreensão ou termo circunstanciado e entra em contato com os pais ou responsável legal do jo-

vem, para que os mesmos compareçam ao CIA.

A seguir, o adolescente é levado à presença do juiz de Direito onde é realizada a audiência preliminar na presença do Ministério Público, Defensoria Pública ou advogado constituído e dos pais ou responsável legal. Após a audiência, onde o jovem presta depoimento informal e ouve-se também seu representante legal, podem ser adotadas as seguintes medidas: arquivamento; concessão de remissão extintiva (exclusão do processo); aplicação de medida protetiva; oferecimento de representação oral pelo Ministério Público (MP), cumulada com a aplicação de medida sócio-educativa em meio aberto (reparação de dano, prestação de serviço à comunidade ou liberdade assistida) ou advertência.

O representante do Ministério Público manifesta sobre a manutenção ou liberação do adolescente acautelado provisoriamente. O magistrado recebe a representação (denúncia) do MP e decide sobre a manutenção ou não do acautelamento provisório. O adolescente e seu responsável são citados e cientificados da data da audiência de apresentação. Depois dessa, é marcada a audiência de instrução e julgamento, quando é dada a sentença. Se for decretada a internação provisória, o jovem é encaminhado pela Suase a uma das unidades de internação sob sua administração, onde o adolescente aguarda seu julgamento.

O CIA/BH fica na rua Rio Grande do Sul, 604, no Barro Preto



Rossana Souza

De bem com o bolso

A taquígrafa Júnia Pirani: desconto nas compras à vista e nada de dívidas

Renata Férrer

O fim do ano chega e, com ele, vêm as compras de Natal, a festa de *Reveillon* e as viagens de férias. Quando os festejos acabam, as contas se multiplicam: em janeiro acumulam-se pagamentos de IPVA, IPTU, seguros, compra de material escolar, matrículas... A solução pode ser dividir os gastos em parcelas a perder de vista, ou então fazer um empréstimo, certo?

Errado. Na opinião do economista e professor Wanderlei Ramalho, coordenador de pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), o fim do ano é uma das épocas em que mais se contraem dívidas propensas a se transformarem em uma bola de neve. "O maior cuidado que se deve ter nesse momento é fazer uso seletivo do crédito. As taxas de juros cobradas do consumidor são absurdamente altas, principalmente as de cartão de crédito, empréstimos e cheque especial", afirma o economista. "O consumidor está acostumado a pensar apenas se a prestação cabe no salário e não a ver os juros embutidos, que são cruéis: os de cartão de crédito chegam a triplicar a dívida em um ano", adverte.

13º Salário

No mês de dezembro, contudo, os trabalhadores têm a chance de dar o primeiro passo para deixar as dívidas para trás e se organizar financeiramente. "Se a pessoa tem dívidas, o ideal é separar pelo menos uma parte do 13º salário para saldá-las. O crediário mal utilizado pode comprometer o orçamento durante meses ou anos. O ideal é fazer um bom planejamento, desde já, para não entrar em 2009 com o orçamento

apertado", diz o professor.

A taquígrafa Júnia Pirani, lotada no TJMG - unidade Francisco Sales, é um exemplo do que o professor considera um consumidor consciente: planeja seus gastos e prefere o pagamento à vista para compras e impostos como o IPVA. "Tento não fazer dívidas, guardar o 13º para despesas futuras e sempre comprar à vista. Quando não dá, tenho o cuidado de só parcelar o que sei que terei condição de pagar", conta ela, comemorando sua última proeza: negou a oferta de uma loja de construção para dividir em cinco vezes o valor do material de reforma de seu apartamento e, pechinchando, conseguiu desconto de 7% no pagamento à vista.

Crise

Em tempos de crise no sistema financeiro internacional, a necessidade de planejar os gastos é ainda mais premente. A crise nasceu nos Estados Unidos, como resultado de anos de excesso de crédito sem análise de risco. Como esses créditos não foram pagos pelos consumidores, os bancos começaram a sofrer as conseqüências. "O primeiro efeito disso tudo é que o crédito fica mais caro e menos abundante, o que deve diminuir o ritmo da economia. É aí que entramos todos nós, consumidores: a redução da oferta de crédito confirma a necessidade de nos planejarmos para não dependermos de cheque especial, cartão de crédito, de levar a vida em prestações", afirma o economista, acrescentando que, apesar da preocupação mundial, a situação ainda não é alarmante. Mas não custa ficar de olho na crise e cuidar da saúde financeira para não começar o ano "no vermelho".

Como equilibrar o orçamento em 2009

- Faça uma lista de todas as despesas, começando pelas dívidas que sobram de 2008;
- Priorize o pagamento das dívidas que têm juros maiores;
- Se não tiver dinheiro para pagar tudo, procure os bancos e credores e renegocie os débitos;
- Se possível, efetue o pagamento de IPTU e IPVA à vista, com desconto;
- Se está com dificuldade para quitar as dívidas de 2008 e pagar as despesas de fim de ano, evite as liquidações de janeiro. Não compre por impulso e reavalie as despesas de viagem nas férias e no Carnaval;
- Faça um planejamento para 2009. Reserve o dinheiro do 13º para o pagamento de algumas despesas ou vá poupando ao longo do ano para não ficar novamente no aperto. Poupar de 5% a 10% do salário é um bom começo.

Missa de Natal

Será celebrada, no dia 11 de dezembro, a missa de Natal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A celebração será às 18h, no auditório do Anexo I do Tribunal de Justiça – rua Goiás, 229, Centro. O evento irá contar com a participação do Coral do TJMG, sob a regência do maestro Arnon Sávio.

Bazar de Natal

Em meio à correria de fim de ano, os servidores do TJMG têm uma ótima opção para fugir do ambiente caótico em que se transformam os shoppings em dezembro. Será realizado, nos dias 10, 11 e 12 de dezembro, das 12 às 18h, o Bazar de Artesanato, no mezanino do Anexo I - rua Goiás, 229. Lá, será possível comprar presentes e decoração de Natal com tranquilidade e bom preço.



CLICK DO LEITOR

Patrícia Orly

É o autêntico coração da cidade, cada ano milhares de turistas chegam até sua base para contemplar uma das obras mais características da arquitetura italiana, situada em Pisa, região da Toscana. Sua construção começou no ano de 1173, seguindo o desenho de Bonanno Pisano, no mais puro estilo romântico. Em pouco tempo, o terreno cedeu seus primeiros 15 centímetros. A partir desse momento, o arquiteto tentou compensar a desnivelção da torre, mas, ao não conseguí-la, abandonou o projeto. Em 1234, um novo arquiteto, Guglielmo de Insubruck, reiniciou a construção, conseguindo levantar os sete primeiros andares. Por último, em 1359, Tommaso Pisano acrescentou a cela dos sinos em estilo gótico. A evidente inclinação fica refletida nas medidas: pelo lado mais alto, a torre mede 55,2 metros e pela parte inferior, 54,5 metros.

Patrícia Orly - Distribuidora e Contadora - Ibirité - MG

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.



Túlio Travaglia



Tuscha utiliza madeira de demolição como suporte para suas obras

Galeria do Fórum apresenta pinturas

Rosana Maria

A exposição *Criaturas*, do artista plástico Tuscha, pode ser visitada na Galeria de Arte do Fórum Lafayette, até o dia 19 de dezembro. Usando como suporte madeira de demolição, o artista reúne, em sua "exótica fauna", animais, anjos, personagens de literatura, como Frankenstein, e desenhos de modelos femininos, do tipo *pin ups*, representando o consumismo americano. Ele explica que fez uma "brincadeira com a natureza dos homens e dos animais, mostrando a subversão do homem tentando criar a sua própria criatura", referindo-se à mais atual invenção humana: a clonagem.

Para Tuscha, o homem interfere no meio em que vive, criando mundos e criaturas. Já o animal se adapta ao meio. "O homem é parte da loucura social, ele tem que ser o *the best* (o melhor). Por isso, é prepotente diante da natureza, destruindo recursos, desarmonizando o seu ambiente", reflete.

De acordo com o escritor mineiro José Rezende Júnior, as obras de Tuscha pretendem nos mostrar que todas as criaturas pertencem à mesma fauna; porém, a humana está sempre em desarmonia. "De um lado, a placidez dos animais, selvagens ou domésticos; do outro, o desassossego dos chamados seres humanos, nós, que, incapazes de domar nossa própria natureza, investimos selvagens contra a outra natureza", observou.

A Galeria de Arte do Fórum integra o Espaço Cultural Fórum Lafayette, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional – Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.